

# OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO BRASIL MERIDIONAL

*Aldomar A. Rückert<sup>1</sup>*

Este artigo trata de examinar a tendência recente do movimento dos fluxos de capitais, os investimentos externos diretos especificamente em relação ao Brasil Meridional na interface com o externo, o projeto do Mercosul. Para tanto apresenta-se uma aproximação ao papel dos IEDs principalmente no que tange a investimentos em infraestrutura, as redes e nós territoriais estratégicos no projeto de integração sul-americana. O exame dos dados do Censo de Capitais Estrangeiros, disponibilizados pelo Banco Central tornam possível uma aproximação à questão, uma vez que a mensuração dos investimentos anunciados e os efetivamente implementados é uma dificuldade metodológica para o exame da questão.

Os investimentos diretos estrangeiros no Brasil, principalmente em serviços, significam o que Harvey (1992, p. 184) conceitua como algo verdadeiramente peculiar (em oposição ao capitalismo de sempre), no atual contexto histórico, os novos aspectos financeiros da organização capitalista e o papel do crédito. A tese de Arrighi (1996) é a de que a história do capitalismo está atravessando um momento decisivo. Tem havido mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital. Na década de 70 a tendência predominante parecia ser a de uma realocação desses processos, que se deslocavam de países e regiões de alta renda para os de baixa renda. Na década de 1980, ao contrário parecia estar em curso uma nova centralização do capital nos países e regiões de alta renda. Seja qual a direção, conforme Arrighi, desde a década de 1970, a tendência é de aumento da mobilidade geográfica do capital. Este aumento dá-se no contexto da globalização financeira, portanto.

A globalização conforme Baumann tem múltiplas dimensões, como a produtiva, financeira, comercial e institucional. Nesta última, as políticas nacionais passam a ser sobredeterminadas por diversos condicionantes externos. Um destes, apontado como o principal é o do capital financeiro cuja tendência, desde 1970, tem sido a do aumento

<sup>1</sup> Docente no Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de sua mobilidade, que transforma-se em instantânea pelas novas tecnologias da informação (1996, p. 33-37). O capital financeiro, que foge ao controle dos Estados passa a ser um macro vetor sobredeterminante das transformações internas nas sociedades nacionais<sup>2</sup>.

Estes novos aspectos financeiros significam que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo (Baumann, 1996, p. 181). O crescimento do investimento estrangeiro direto, por sua vez (Macadar, 1996, p. 237) surge como resposta ao risco de uma escalada protecionista e também em função das novas estratégias de atuação das transnacionais em escala planetária. Complementarmente, os avanços tecnológicos na área de telecomunicações e a crescente desregulamentação dos mercados financeiros internacionais vêm facilitando a circulação dos fluxos de capitais entre as nações a uma velocidade jamais vista.

O retorno dos fluxos de capitais privados para a América Latina desde o final da década de 80 (Alves, 1997, p. 9-10), deve-se ao rápido crescimento nos mercados mundiais das formas securitizadas de empréstimos; uma aceleração na seqüência de acordos de reestruturação da dívida externa dos países do continente com os bancos comerciais e à aguda queda das taxas de juros nos Estados Unidos, o que acaba por se transformar num poderoso incentivo para a repatriação de capital evadido da América Latina e aplicado no sistema financeiro norte-americano.

A concepção de IED, segundo o Banco Central, com a superação do modelo de substituição de importações e com a globalização, implicaria, no entanto em diferenciar

<sup>2</sup> Os eventos específicos que contribuíram para intensificar o movimento de desregulamentação e redução do grau de intervencionismo nos mercados, segundo Baumann (1996, p. 38-42), são o processo de abertura do sistema financeiro norte-americano na década de 70, com a desvinculação da moeda norte-americana do lastro-ouro, - o que constituía o centro do sistema monetário baseado em taxas de câmbio fixas -, estimulando a liquidez internacional, reforçado por processos semelhantes de desregulamentação nos principais mercados financeiros de outras economias desenvolvidas. Um dos subprodutos da liquidez internacional, ainda segundo Baumann, é a queda da importância relativa do setor bancário e o surgimento de novos produtos financeiros. A globalização financeira transcende a expansão do setor bancário e está associado à desregulamentação dos mercados financeiros. Esse novo cenário financeiro tornou-se possível sobretudo pela desregulamentação, o que aumentou em grande escala o papel desempenhado pelas forças de mercado. A desregulamentação implicou, além da internacionalização e integração, maior influência sobre os mercados nacionais, expansão dos instrumentos financeiros disponíveis e institucionalização da poupança, na dissolução de barreiras funcionais entre atividades bancárias, aumentando a margem de risco para todo o sistema financeiro. O capital de risco (venture capital) parece ser um dos mais significativos exemplos dos novos produtos financeiros. "Venture capital é um importante elemento no processo da formação de capital, inovação tecnológica e industrialização regional. A teoria econômica entende que mercados e capitais móveis são perfeitamente livres e, desta perspectiva, esperaria-se que VC fluísse livremente no espaço. (...) Janeway (1986) explorou VC em relação às teorias de Marx, Schumpeter, Keynes e Braudel e concluiu que é uma nova forma institucionalizada de capital financeiro que cresceu para suportar o alto risco associado com as indústrias de alta tecnologia e para ajudar a organizar o processo de inovação, e que capitalistas de risco são uma espécie híbrida de capitalistas e empresários." (Florida & Smith, 1993, p. 434; 436).

o investimento financeiro produtivo daquele meramente especulativo<sup>3</sup>.

Com a superação do modelo de substituição de importações e com a globalização, foi gradualmente se reduzindo a importância dos controles cambiais e modificando-se as atitudes com relação ao capital estrangeiro. Inauguraram-se novas modalidades de investimentos, e com elas novas posturas das autoridades.

O conceito de IED refere-se, "(...) aqueles que, nos dias de hoje, são comumente referidos como capitais estrangeiros de 'boa qualidade' (em contraste com os especulativos, cujo compromisso com o País é geralmente efêmero, para dizer o mínimo), que produzem investimentos e empregos" (Franco, 1998).

Examinando-se o Censo de Capitais Estrangeiros, período base 1995 para o país (Banco Central, 1998), evidencia-se que as 6.322 empresas receptoras de investimentos estrangeiros registram em 31.12.95, capital integralizado de R\$ 84,7 bilhões, sendo de R\$ 41,4 bilhões por não-residentes (investimentos estrangeiros diretos), como parte de um patrimônio líquido de R\$ 106 bilhões, apresentando ativos totais de R\$ 273,6 bilhões, o que demonstra um expressivo poder de alavancagem do investimento externo, segundo o Banco Central.

Os fluxos de investimentos externos diretos após 31.12.95 caracterizam-se por crescentes volumes ingressados no país nos dois anos subseqüentes, atingindo, cumulativamente, US\$ 27 bilhões, o equivalente a cerca de 65% do estoque registrado ao final de 1995. O ingresso mais amplo de IED é reflexo, segundo o Banco Central, do processo de consolidação da estabilidade macroeconômica.

Observando-se o fluxo de IEDs entre 1995 e 1997, evidencia-se que dentre os dois principais setores da economia, praticamente ocorre uma inversão no estoque de investimentos de capitais. Os investimentos produtivos na indústria cedem espaço para os investimentos em serviços financeiros e ligados ao comércio, bem como de exploração ou construção de serviços públicos de infra-estrutura<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Na concepção de Alves (1997, p. 25-26) diante da globalização dos mercados financeiros internacionais "é hoje impensável a concepção de um padrão de financiamento à margem do mercado de capitais mundialmente integrado. O grande desafio é como montar uma estratégia de inserção que atraia capitais de risco para investimentos de longo prazo, inclua os mecanismos limitantes à especulação financeira e que, ao mesmo tempo, permita iniciar os projetos de investimento em infra-estrutura e promoção do desenvolvimento industrial. Ou seja, como conciliar os objetivos de uma política econômica voltada para o crescimento e desenvolvimento sustentado com os interesses dos fluxos financeiros internacionais".

<sup>4</sup> Incluem-se neste setor, que passa a receber os investimentos majoritários a partir de 1996, os serviços de intermediação financeira, seguros e previdência privada, atividades imobiliárias, serviços prestados a empresas, etc. como os serviços públicos de infra-estrutura (em cuja atuação os investidores passam a atuar tanto na compra de ativos de empresas estatais, na operação de serviços de infra-estrutura sob concessão como na própria construção de usinas, pontes etc. Em conjunto com o governo federal) como eletricidade, gás, transporte e telecomunicações.

Tabela 1: Investimentos Externos Diretos (IEDs) por setores da economia, entre 1995 e 1997 (US\$ bilhões)

Setor	1995 (estoque)		1996		1997	
	Valor	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Agric., pec. e extr. mineral	0,68	1,62	0,11	1,44	0,45	2,98
Indústria	23,40	55,03	1,70	22,70	2,00	13,30
Serviços	18,4	43,36	5,80	75,86	12,80	83,72
Total	42,4	100,00	7,60	100,00	15,25	100,00

FONTE: BANCO CENTRAL. Censo de capitais estrangeiros, período base 1995. Brasília, 1998. (<http://www.bancocentral.gov.br>), capturado em 12 ago 1998.

No âmbito dos serviços públicos desestatizados de infra-estrutura, destaca-se o aumento de investimento estrangeiro em eletricidade e gás, que evolui de estoque praticamente inexistente em 1995 para mais de 23% do total de ingressos ocorridos em 1997; transporte terrestre que tem em 1996 um investimento de US\$ 208 milhões, fazendo o setor passar de 2,02% da participação relativa em 1995 para 2,72% da participação dos investimentos externos em 1996. Praticamente o mesmo acontece no setor de telecomunicações, que passa de um estoque de US\$ 195,1 milhões de estoque em 1995 (0,46%) para US\$ 611,2 milhões (7,97) e para US\$ 831,3 milhões de fluxo de investimentos (5,43%) em 1997.

No entanto, a participação dos IEDs no processo de desestatização é secundário à sua participação no conjunto das atividades econômicas. Conforme o Censo, "a evolução de algumas participações decorre da ampliação do processo de privatização" (Banco Central, 2000. O grifo é meu). A participação dos IEDs no processo de privatização varia de 26,2% em 1996 para 29,3% em 1998, não passando o percentual da casa dos 30%, como no ano de 1997, conforme demonstra a tabela abaixo. Vê-se, portanto, que do total dos US\$ 15,25 bilhões (ou US\$ 17,0 bilhões líquidos, cfe. o Banco Central) investidos diretamente no Brasil em 1997 no setor de serviços- que recebeu a imensa maioria dos investimentos, US\$ 12,8 bilhões - os serviços públicos desestatizados, como eletricidade, gás, transporte terrestre, correio e telecomunicações, p.e., atraíram US\$ 4,33 bilhões (33%) contra US\$ 8,48 (67%) do conjunto do setor serviços.

Tabela 2: Investimentos diretos estrangeiros (líquido)\* no Brasil no setor privado e em privatizações, entre 1995 a 1999 (US\$ bilhões)\*\*

Período	Investimento Direto do setor privado	Investimento Direto em Privatizações	Total	% de participação das privatizações
1995	4,3	-	4,3	-
1996	7,3	2,6	9,9	26,2
1997	11,8	5,2	17,0	30,5
1998	20,0	6,1	26,1	23,3
1999	21,2	8,8	30,0	29,3
TOTAL	64,6	22,7	87,3	26,0

FONTE: Banco Central do Brasil. Adaptado. (<http://www.bancocentral.gov.br>), capturado em 12 ago 2000.

\*Inclui também operações em moeda nacional, mercadorias, conversões e reinvestimentos.

\*\* Os valores dos IEDs nesta tabela aparecem a maior do que os publicados pelo Censo de Capitais Estrangeiros, devido a metodologia diferenciada adotada pelo próprio Banco Central.

Verifica-se assim, que no conjunto dos IEDs, conforme os dados de investimento líquido do Banco Central, entre 1995 e 1999, apenas 26% do investimento externo, em média, destina-se diretamente às privatizações evidenciando-se, portanto, que a importância dos IEDs ultrapassa significativamente o processo de privatizações

A concentração regional dos IEDS caracteriza-se, como evidencia-se, pela localização das empresas com participação de capitais estrangeiros no Sudeste e Sul. Rodrigues (1997; 1998; 2000) ao examinar sucessivos anúncios anuais de investimentos privados em setores da produção e da infraestrutura, aponta que a retomada dos investimentos em infra-estrutura dariam sustentação ao novo quadro de desenvolvimento regional, tendendo a alterar o Polígono Desenvolvido do Sudeste e do Sul, conforme exposto por Campolina Diniz (1994;1995). Estes investimentos se distribuiriam por vários estados, com alongamento dos eixos de produção / comercialização em direção ao Sul e ao Nordeste.

Tabela 3: Ativos patrimoniais das empresas com participação de capitais estrangeiros por macrorregiões do Brasil, período base 1995 (R\$ bi)

Regiões	Ativos	
	Com participação estrangeira	Com partic. majoritária estrangeira
Norte	8,3	3,3
Nordeste	14,1	7,3
Centro-Oeste	1,8	0,52
Sudeste	233,3	139,9
Sul	14,7	7,4
TOTAL	264,9	158,6

FONTE: BANCO Central. Censo de capitais estrangeiros, período base 1995. Brasília, 1998. (<http://www.bancocentral.gov.br>), capturado em 12 ago 2000.

Mesmo em posição secundária em atração de IEDs, na região Sul o fluxo de investimentos pode ser tomado como significativo para caracterizar o Estado como um território de transnacionalização segmentada do espaço nacional. Sua localização estratégica em região de fronteira, no entanto, ainda não significa que seu território venha transformando-se em um grande centro de investimentos externos diretos em função do projeto Mercosul.

Tabela 4: Ativos patrimoniais das empresas com participação de capitais estrangeiros, para os estados do Sul do Brasil, período base 1995 (R\$bi)

Estados	Ativos	
	Com participação estrangeira	Com partic. majoritária estrangeira
Paraná	6,2	3,4
Sta Catarina	3,6	1,2
Rio Grande do Sul	4,7	2,7
TOTAL	14,7	7,4

FONTE: BANCO Central. Censo de capitais estrangeiros, período base 1995. Brasília, 1998. (<http://www.bancocentral.gov.br>), capturado em 12 ago 2000.

A imprensa (Gaz. Merc. Lat-Americana, 3-9 mar 1997, p. 13; 1-7 set 1997) aponta para a concentração dos recursos privados na ampliação da infraestrutura do Mercosul em energia, telecomunicações, transportes, saneamento e petróleo, no processo de atração e de estímulo aos investimentos privados em infra-estrutura no bloco, à medida em que avançam os processos de privatização. Depois de controlada a inflação, o atendimento à demanda por bens de consumo, os países do Mercosul voltam-se ao setor de infra-estrutura. No entanto, a imprensa também reconhece que o impacto do processo de integração não vinha tendo, pelo menos até 1997, grande significação quantitativa de investimentos.

Apesar de que quantitativamente o processo de integração sub-regional não tenha tido um impacto importante sobre o fluxo de investimentos, é possível detectar em várias áreas efeitos qualitativos significativos. Esse é o caso daqueles setores onde predominam filiais de empresas transnacionais e onde foi gerado um processo gradual de racionalização e complementação produtiva (Gaz. Mercantil Latino Americana, 3-9 mar 1997, p. 13).

Em que pese a avaliação de que o processo de integração subregional, até 1997, não tenha tido impacto importante sobre o fluxo de investimentos, é inegável a participação crescente dos IEDs na infra-estrutura estratégica no país - ou no Sudeste / Sul, principalmente<sup>5</sup> -, bem como o papel que o próprio Estado brasileiro tem assumido no sentido de promover a atração de investimentos estrangeiros - e principalmente - de financiar estes capitais a título da promoção da competitividade da economia brasileira.

Para Saraiva (da Superintendência de Projetos do BNDES) o Brasil está vivendo a era da infra-estrutura. A ênfase do Banco, que tem destinado 75% de seus recursos para

<sup>5</sup> Bruxedas e Stolovich (1996, 106;110) indagam se inicia a integração a compreender também o âmbito das inversões de capital, mediante o intercruzamento dos capitais de uns e outros países ou ainda seria prematuro para falar-se em um novo capital regional? Distinguindo três tipos de impactos dos novos empreendimentos, os comerciais, produtivos ou de serviços, os autores apontam que uma parte dos novos empreendimentos intrarregionais está implicando uma incipiente reorganização da produção regional, sobre a base da especialização e/ou complementaridade entre unidades produtivas de diferentes localizações geográficas dentro do espaço econômico do Mercosul. "As grandes empresas - em particular as pertencentes a grupos econômicos locais - e as empresas transnacionais são, sem dúvida, os agentes mais ativos nos novos empreendimentos intrarregionais.

Essas últimas empresas são as que, em princípio, estão melhor posicionadas para encarar um processo de integração regional, sobretudo se já tem filiais nos diversos países que se integram. A regionalização de suas atividades, o planejamento da divisão regional do trabalho (especialização e complementação) entre suas filiais, facilitada pela eliminação das barreiras econômicas, surge como uma possibilidade e como um imperativo para racionalizar recursos e maximizar rentabilidades."

as empresas privadas<sup>6</sup>, é privilegiar projetos que beneficiem a integração do país (Gaz. Merc. Lat. Americana, 1-7 set 1997, p. 7). Nos termos oficiais do Banco:

O BNDES tem aumentado seus financiamentos na área de infra-estrutura, principalmente para os projetos conduzidos pela iniciativa privada, a fim de promover o aumento da oferta e a eficiência dos seus serviços, contribuindo, assim, para elevar a produtividade da economia (BNDES, 1998, p. 3).

Examinando-se os resultados oficiais do Programa Nacional de Desestatização, entre 1991 e 1999, dirigido e financiado pelo BNDES, no que diz respeito aos principais setores desestatizados, evidencia-se que no setor produtivo a siderurgia foi a que mais atraiu investimentos enquanto que na infra-estrutura estes direcionaram-se principalmente para as telecomunicações e secundariamente para a energia e ferrovias.

Tabela 5: Programa Nacional de Desestatização, 1991-1999 (US\$ bilhões)

Setor	Empresas	Venda	Débitos transf.	Total
Siderurgia	8	5,5	2,6	8,1
Petroquímica	27	2,6	1,0	3,7
Ferrovias	7	1,6	0	1,6
Mineração	2	3,3	3,5	6,8
Telecomunicações	25	26,9	2,1	29,0
Energia	3	3,9	1,6	5,5
Outros	16	1,4	0,3	1,7
Participações	0	1,0	0	1,0
Federal (subtot. 1)	88	46,5	11,3	57,9
Estadual (subtot.2)	29	23,7	5,3	29,0
TOTAL	117	70,3	16,6	86,9

FONTE: BNDES. (<http://www.bndes.gov.br>), capturado em 10 de junho de 2000.

<sup>6</sup> As críticas públicas à política econômica do BNDES financiar capitais externos na aquisição da infra-estrutura estratégica nacional têm sido contundentes. Para Biondi, ao contrário de trazerem dólares para o país, as empresas estrangeiras estariam ampliando o rombo da balança comercial. Além do mais, o objetivo de que as empresas trouxessem recursos próprios parece não estar sendo alcançado, pois os empréstimos do BNDES a essas empresas implicam em que as demais áreas e centenas de milhares de empresas ficassem sem crédito. Os créditos do BNDES apenas para o setor de infra-estrutura em 1998, por exemplo, representou 48% dos desembolsos; 8,2 bilhões de reais sobre o total de 17 bilhões financiados (Biondi, (2000, p. 10-36). Ao que indicam os debates públicos sobre a pretendida melhoria da qualidade dos serviços públicos e os pretendidos aumentos dos investimentos pelos novos controladores, Gaspari (20 ago 2000, p. 4) aponta que os concessionários dos serviços de energia e de ferrovias, bem como as empresas de telecomunicações, têm forçado o governo a redefinir os contratos que assinaram, a alterar a política tarifária e financiar seus investimentos. Das trinta e oito concessionárias na área de telefonia, por exemplo, apenas duas cumpriram as metas acordadas com a ANATEL em 1999. As empresas que venderão energia elétrica produzida por gás natural reivindicam que o governo federal assumira o risco cambial do gás natural importado bem como as distribuidoras de energia elétrica reivindicam junto à ANEEL a cobertura da diferença de preços na energia, na hipótese futura de haver maior concorrência do gás natural.

Conforme o Relatório de 1998, a taxa de investimentos do BNDES na década de 70 é de 24% do PIB, havendo declinado na década perdida dos anos 80, tornando a crescer até atingir 18% do PIB em 1998. “A retomada dos investimentos na infra-estrutura, particularmente nos setores privatizados, tem contribuído para essa recuperação” (p. 3). Neste ano, os desembolsos atingem cerca de R\$ 21 bilhões, dirigidos em primeiro lugar para o setor de comércio e serviços e em segundo lugar para o de infra-estrutura econômica (energia elétrica, telecomunicações etc) quanto os de conteúdo social, cfe. demonstram as tabelas abaixo. Nos termos de Rodrigues, o financiamento do BNDES para o setor privado tem sido “(...) fundamental para dar sustentabilidade aos programas de privatização dos setores ferroviário, telecomunicações, energia e às concessões privadas das rodovias” (Rodrigues, 2000, p. 114).

Tabela 6: Desembolsos do BNDES por setor\* a preços médios de 1998

Setor da economia	1997	1998	Variação (%)
Total do sistema	19,9	21,2	6,9
Agropecuária	1,4	1,3	-7,5
Indústria Extrativa	0,8	0,3	-64,0
Indústria de Transform.	5,0	5,2	4,1
Comércio e Serviços	10,1	9,8	-2,7
Infra-Estrutura**	7,0	8,1	16,1
Exportação***	1,3	2,4	80,2
Operações no Merc. Secundário.****	1,3	2,2	75,9

FONTE: BNDES, 1998. (<http://www.bndes.gov.br>), 10 de junho de 2000.

\* Foi utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

\*\* O setor de infra-estrutura compõe-se de produção e distribuição de eletricidade, gás e água; construção; transporte, armazenagem e comunicações.

\*\*\* Financiamento à exportação (BNDES-exim).

\*\*\*\* Aquisição de ações em bolsas de valores (BNDESPAR).

Tabela 7: Desembolsos do BNDES para o setor de Infra-Estrutura a preços médios de 1998 (em RS bilhões)

Setor da economia	1997	1998	Variação (%)
Infra-estrutura	3,2	4,6	44,6
Infra-estrutura social*	0,6	0,8	50,0
Privatização**	3,3	2,7	-17,6
TOTAL	7,0	8,1	16,1

FONTE: BNDES, 1998. (<http://www.bndes.gov.br>), 10 de junho de 2000.

\* Investimentos com forte componente social, como por exemplo, os do Pró-Emprego, Saneamento Ambiental e em transporte coletivo de massa.

\*\* Financiamento à aquisição de empresas privatizadas e adiantamentos em apoio a privatizações estaduais.

Os anúncios de investimento em infra-estrutura realizados em 1996 e 1997 para o período 1997/2002, ainda segundo Rodrigues são os mais significativos, em torno de US\$ 54 bilhões, dos quais 43% seriam destinados para a energia. As informações da ABDIB (Associação Brasileira de Indústrias de Base, 2000) indicam que o número de projetos de investimento privado em infra-estrutura sobe de 51 em 1992 para 927 em 1996, atingindo um ápice de 1442 em 1998. Os 1.308 projetos (90% deles somente em infra-estrutura) totalizando 215,4 bilhões para investimentos em 1999<sup>7</sup> estão assim distribuídos:

Tabela 8: Investimentos programados para 1999, conforme o setor da economia

Setor	US\$ Bilhões	Participação (%)	Nº de projetos
Energia elétrica	90,8	42	785
Petróleo/gás/petroquímico	38,1	18	149
Transportes / portos	50,4	23	243
Saneamento ambiental	14,5	7	46
Papel/celulose	6,6	3	18
Siderurgia	5,7	3	27
Mineração/cimento	9,3	4	50
TOTAL	215,4	100,0	1,318

FONTE: abdib- Associação Brasileira de Indústrias de Base, (<http://www.abdib.com.br>), capturado em 5 de junho de 2000.

<sup>7</sup> A ABDIB não fornece em seu site (<http://www.abdib.com.br>) uma avaliação de projetos efetivamente implementados, o que dificulta a análise, sobretudo por tratarem-se de cifras excessivamente altas, se comparadas aos anúncios de investimentos para o período 1997/2002 levantadas por Rodrigues (2000).

Conforme a imprensa com dados da ABDIB (Chiara, 6 nov. 2000), os investimentos deveriam bater novo recorde histórico até o final de 2000, quando deveriam ser aplicados no setor US\$ 20 bilhões, cifra 26% maior do que a quantia desembolsada em 1999. A entidade havia registrado até outubro de 2000 investimentos de US\$ 19,2 bilhões, acima da expectativa inicial de fechar o ano com um aporte de capital da ordem US\$ 16 bilhões. Segundo dados da entidade, 65% dos investimentos em 2000 partem da iniciativa privada. O Estado responderia pela fatia de 35%. "Há cinco anos, o perfil dos empreendedores era completamente diferente e a totalidade dos projetos era do setor público" (Chiara, 6 nov 2000) O cenário aponta crescimento de tomada de financiamentos por empresas para investimento em infra-estrutura bem como para o aumento de vendas por empresas fabricantes de equipamentos de infra-estrutura<sup>8</sup>.

Após os processos de desestatização de 1997, Rodrigues constata que muitos dos investimentos previstos pela iniciativa privada acabam frustrando-se.

O clima de frustração proveniente de privatizações e concessões à iniciativa privada, tanto pelo lado dos concessionários - ao conhecerem a realidade da empresa que passaram a operar - quanto das pessoas em geral - ao perceberem que suas expectativas não se realizarão no prazo previsto -, é outro problema a ser enfrentado nesta fase. *Aparentemente, os investimentos realizados têm sido inferiores ao necessário, seja porque as demandas estiveram superdimensionadas, seja porque os problemas encontrados foram maiores do que os inicialmente previstos* (1998, p. 3. Os grifos são meus).

Os IEDs tem representado para o Brasil, principalmente após 1995, sua inserção subordinada no processo global de desregulamentação e de redução do grau de intervencionismo nos mercados. Os investimentos internacionais pós-1995 passam a dirigir-se, como se expôs, da indústria para o setor de serviços - principalmente nos serviços financeiros e mercados de ações e secundariamente aos serviços públicos desestatizados de infra-estrutura estratégica. Sua concentração no Sudeste e no Sul

<sup>8</sup> O diretor do International Bank do Lloyds TSB para as Américas, David Thomas, que até o mês passado presidiu a instituição financeira no Brasil, por exemplo, conta que está crescendo a demanda por crédito de médio prazo voltado para investimentos em infra-estrutura no banco. Ele explica que a maior procura por essa linha de crédito deverá compensar a queda nas margens dos financiamentos voltados para o comércio exterior.

O presidente da Siemens do Brasil, Hermann Wever, ressalta que a empresa, voltada especialmente para equipamentos de infra-estrutura, registrou crescimento de 40% no volume de pedidos no ano fiscal encerrado em setembro, comparado com o período imediatamente anterior. Os pedidos, que indicam o faturamento da companhia nos próximos meses, ratificam a predisposição dos empresários a investir em infra-estrutura no próximo ano" (Chiara, 06 nov 2000).

tendem tanto a reforçar por um lado o Polígono Desenvolvido e por outro a iniciar um processo tendencial de desconcentração dos eixos de produção Sul e Nordeste. Isto, no entanto, ainda não significa afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul esteja transformando-se num grande pólo de atração de investimentos externos em função da integração sul-americana.

No entanto, tem-se tornado relativamente consensual na literatura corrente que a proximidade geográfica entre o RS e o Mercosul tenha sido um fator decisivo para a atração de novos investimentos externos, principalmente daqueles destinados a atender não só ao mercado interno, mas, também, à demanda dos outros países-membros do bloco. Em função dos novos investimentos em infra-estrutura anunciados para o RS pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado, afirma Macadar (1999, p. 114), verifica-se que há uma maior conscientização, em níveis nacional e local, do papel protagônico que cabe ao RS na consolidação da integração com os países do Mercosul.

A participação dos IEDs no processo de desestatização das empresas estatais brasileiras e nos investimentos necessários programados tem, paradoxalmente, no próprio Estado brasileiro o apoio viabilizador destes empreendimentos. Ao contrário do que se fez crer junto à opinião pública nacional, de que os IEDs seriam fortemente responsáveis pelo ingresso maciço de dólares, principalmente nos processos de desestatização, tanto a viabilização desta como os dos financiamentos de investimentos necessários à ampliação da capacidade de sustentação da infra-estrutura estratégica à economia brasileira, tem na própria sociedade brasileira - especificamente através do BNDES - o apoio incondicional a este processo de captação de investimentos internacionais.

Tem-se assim, por um lado um inegável aporte de fluxos de investimentos nos setores produtivos e, principalmente, nos setores da infra-estrutura estratégica no pós-1995 e por outro o Estado brasileiro como um apoiador incontestado à atração destes investimentos. No conjunto deste processo, a infra-estrutura estratégica brasileira - e a que se dirige especificamente ao projeto de integração sul-americana - está inserida no processo contemporâneo da globalização financeira e da desregulamentação dos mercados nos países periféricos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- ALVES, Leonardo C. A reinserção da América Latina no cenário financeiro internacional nos anos 90, e as oportunidades e restrições ao financiamento do desenvolvimento. *Análise*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 3-37, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN,

- Renato(org). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus-SOBEET, 1996.
- BIONDI, Aloisio. *O Brasil privatizado*. Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BNDES. *A atuação do BNDES*. Relatório 1998.
- BRASIL. *Censo de capitais estrangeiros, período base 1995*. Brasília: Banco Central, 1998.
- BRUXEDAS, Martín; STOLOVICH, Luis. El Mercosur, um nuevo escenario para la inversión intra y extra-regional? *Ensaio FEE*, Porto Alegre (17) 2:95-122, 1996.
- CHIARA, Márcia de. Investimentos em infra-estrutura batem recorde. ([www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)), 06 nov 2000.
- DINIZ, Clélio C. Reversión de la polarización y reconcentración regional en Brasil In: *Territorios en transformación*. Madrid: FEDER, 1994.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica regional recente e suas perspectivas In: AFFONSO, Rui de B.A.; SILVA, Pedro L. (orgs.). *A Federação em perspectiva*. São Paulo: FUNDAP-UNESP, 1995. p. 417-429.
- FLORIDA, Richard; SMITH, Donald. Venture capital formation, investment, and regional industrialization. *Annals of the Association of American Geographers*, 8(3), 1993, pp. 434-451.
- FRANCO, Gustavo. Apresentação. *Censo de capitais estrangeiros - período base 1995*. Banco Central, 1998.
- GASPARI, Elio. A privatária quer mais dinheiro. *Zero Hora*, 20 ago 2000, p. 4.
- GAZETA. Mercantil. Latino -Americana, 3-9 mar 1997, p. 13.
- \_\_\_\_\_. 1-7 set 1997, p. 7.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MACADAR, Beky .M. de Política comercial brasileira: os dilemas da inserção internacional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (17) 1:234-252, 1996.
- \_\_\_\_\_. A influência do Mercosul na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infra-estrutura do RS - 1998. *Indicadores Econômicos FEE*. v. 26, n. 4, mar 1999, p. 112-129.
- RODRIGUES, Denise. A distribuição setorial e estadual nos novos investimentos no Brasil: 1996/98. *Revista do BNDES*, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os investimentos no Brasil nos anos 90: cenário setorial e regional. *Revista do BNDES*, 2000, 06.